

Só 5% da nova Carta podem mudar

Previsão é do relator Bernardo Cabral, ao entregar texto aprovado

O relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) previu ontem, ao entregar a redação do projeto a ser votado no 2º turno, que 95% do texto serão aprovados automaticamente pelo plenário da Constituinte. Nos 5% restantes estarão as matérias polêmicas que não foram objeto de acordos no 1º turno, que certamente serão motivo de emendas supressivas nesta nova fase. Ele garantiu, entretanto, que se não houver acordos de lideranças, envolvendo todas as forças da Constituinte, dificilmente os que querem suprimir quaisquer dispositivos terão sucesso no 2º turno.

Preocupado com a informação de que empresários de multinacionais disporiam de 2 milhões de dólares para investir na derrubada de matérias aprovadas no 1º turno, o relator revelou que vai pedir aos presidentes Mauro Benevides (interino na Constituinte) e Ulysses Guimarães (na Presidência da República) que levantem se é verdadeira tal informação.

Se for verdade, isso será um salpico de lama sobre a Assembleia Nacional Constituinte — observou Cabral — e eu não acredito que aqui existam constituintes que estejam à venda.

Sobre o trabalho realizado pela equipe de relatores nesta fase, Bernardo Cabral explicou que o engajamento foi essencialmente técnico, para que não só os juristas, mas também os leigos que vierem manusear o novo texto constitucional, saibam o que diz e significa cada preceito aprovado. "Fizemos uma melhoria do texto retirando os excessos e as contradições. Mas em nenhum momento alteramos o mérito do que foi aprovado no primeiro turno, atropelando a situação dos constituintes em plenário".



Ulysses compareceu à entrega do texto aprovado em 1º turno ao presidente interino Mauro Benevides (2º a partir da direita)

Ulysses afirma que o projeto chega onde o Estado nunca foi

O presidente interino da República, Ulysses Guimarães, mostrou-se bastante empolgado e disse estar orgulhoso do texto constitucional que lhe foi entregue ontem pelo relator Bernardo Cabral, e que será votado em segundo turno a partir do próximo dia 21. Ao receber o Projeto B antes do prazo previsto, Ulysses Guimarães literalmente roubou a festa e fez um entusiasmado discurso, ressaltando a coragem que a Constituinte teve ao inovar em questões como a descentralização do sistema tributário, na área dos direitos e garantias individuais e da previdência e seguridade. "Esta será uma Constituição andarilha, que irá chegar até onde o Estado não ousou ainda pisar, na área dos humildes, dos preteridos e dos miseráveis", disse o presidente da Constituinte.

Depois do discurso, Ulysses Guimarães frisou que esta Constituição não pertence a este ou aquele setor, e que nem mesmo o Governo pode ultrapassar o simples direito de promover o debate na Constituinte. Sobre a possibilidade de o Governo pressionar pela supressão no segundo turno, de conquistas alcançadas, o presidente da Constituinte disse ser "inaceitável que por manobras incorretas se obtenha decisão da Constituinte".

A solenidade de entrega do texto pelo relator ao presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides, aconteceu a partir das 12h15, quando o presidente em exercício da República, Ulysses Guimarães, chegou ao Congresso Nacional. Embora esta seja a sua Casa, ele atendeu exigência do cerimonial do Palácio do Planalto e subiu a rampa do Congresso para chegar ao seu próprio gabinete. Além dos presidentes do Senado, Humberto Lucena (PMDB/PB), da Constituinte, Mauro Benevides (PMDB/CE), Ulysses Guimarães foi recebido com festa pelo presidente interno da Câmara, Homero Santos (PFL/MG) e todas as lideranças partidárias.

No gabinete do presidente da Constituinte, uma meia centena de parlamentares aguardavam para presenciar a entrega do projeto. Mauro Benevides fez uma rápida introdução, passando a palavra ao relator Bernardo Cabral (PMDB/AM).

Na apresentação de seu trabalho, Cabral destacou a atuação dos relatores adjuntos José Fogaca (PMDB/RS), Konder Reis (PDS/SC) e Adolpho de Oliveira (PL/RJ). Ele lembrou a seguir que pela primeira vez um projeto de Constituição está sendo apresentado para ser apreciado em segundo turno contendo um quadro sinóptico demonstrativo do aproveitamento de cada emenda no texto, além de um índice de matérias e um índice temático montado exclusivamente para facilitar a elaboração das emendas desta próxima fase.

Estes cuidados vão resultar na agilização e na redução dos prazos, possibilitando que votemos e apresentemos a futura Constituição ao País o mais rápido possível, garantiu o relator Bernardo Cabral.

O discurso mais demorado foi feito justamente pelo presidente Ulysses Guimarães, que em nenhum momento pareceu estar investido na carga de Presidente da República. Completamente tomado pelo espírito da Constituinte, ele reconheceu que o texto ainda precisava de alguns retoques para corrigir pequenos defeitos.

Quando disse que os constituintes teriam ainda de "passar uma lixa, dar um polimento no texto atual", o presidente Ulysses Guimarães foi interrompido pelo deputado José Genoino (PT/SP):

— Presidente, mas nós temos de ter cuidado é com a "lixa do Centrão, que é muito forte. Depois do discurso da Fiesp e do anúncio de que as multinacionais dispõem de 2 milhões de dólares para investir no segundo turno, falar em lixa aqui nesta casa é como falar em força em casa de esforcado.

Brincando um pouco com a observação do Genoino, Ulysses foi em frente e disse que era preciso ganhar a batalha do segundo turno,

mas que independente de grupos ou dos constituintes, "quem vai ganhar mesmo é o cidadão brasileiro".

Mais tarde, em entrevista, Ulysses Guimarães revelou que ao longo desta semana continuará mantendo conversas com as lideranças e os relatores para analisar os textos que serão passíveis de acordos e reafirmou que os pontos onde não for possível se chegar ao consenso, "quem quiser votar contra ou a favor terá de atrair o número de constituintes exigido ao plenário".

Ele considerou, entretanto, que nesta fase também será possível chegar a acordos, o que sempre aconteceu nas fases anteriores. Embora tenha algumas ideias que gostaria que prevalecessem no segundo turno, Ulysses disse que não apresentará nenhuma emenda. "Presidente não emenda", disse. Mas prevê que entre os pontos polêmicos figurarão a licença de 120 dias para as gestantes, a licença-paternidade, direito de greve, fixação de uma pensão para os deficientes físicos, turno ininterrupto de 6 horas, o voto facultativo aos 16 anos, entre outros.

Hoje os constituintes comemam a receber o texto entregue ontem pelo relator, sobre o qual deverão incidir suas emendas supressivas ou corretivas.

Outra grande consequência da antecipação da Constituição será que alguns decretos-leis do Governo ficarão automaticamente revogados porque não haverá tempo para apreciá-los. Um deles, o que modifica a sistemática de atualização monetária do orçamento e altera a distribuição de verbas, tem provocado grandes reações no Congresso.

Vários parlamentares, liderados por Amaral Netto e Adilson Motta (PDS-RS), solicitaram ao procurador-geral da República que argua sua inconstitucionalidade junto ao Supremo. Esse decreto impediu a convocação extraordinária do Congresso para 19 próximo, quando recomeça o funcionamento pleno da Constituinte. O objetivo foi retardar ao máximo sua leitura.

A promulgação em 11 de agosto significará, na prática, seu arquivamento. A redistribuição de verbas estaria garantida porque nesse aspecto é automático, mas a nova sistemática tem de ser aprovada, de acordo com os técnicos especializados do Congresso.

11 de agosto é a nova data

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

O presidente Ulysses Guimarães está pretendendo promulgar a nova Constituição em 11 de agosto, uma quinta-feira. Esta data marca o início dos cursos jurídicos no País e o próprio Ulysses foi um dos líderes do Centro Acadêmico 11 de Agosto de São Paulo.

O secretário-geral da Constituinte, Paulo Afonso de Oliveira, acha que toda a Constituição pode ser votada em duas semanas, mas alguns líderes consideram isso totalmente impossível. Amaral Netto (PDS-RJ), por exemplo, é de opinião que, com o início da campanha municipal, a Constituinte ficará semi-esvaziada.

Caso o presidente Ulysses Guimarães tenha êxito em seu objetivo, serão beneficiadas inúmeras pessoas, entre as quais cerca de 20 constituintes, que terão de mudar seu domicílio eleitoral para as próximas eleições. A Constituição vigente estabelece o prazo mínimo de um ano, reduzido para quatro meses na futura Constituição.

Outra grande consequência da antecipação da Constituição será que alguns decretos-leis do Governo ficarão automaticamente revogados porque não haverá tempo para apreciá-los. Um deles, o que modifica a sistemática de atualização monetária do orçamento e altera a distribuição de verbas, tem provocado grandes reações no Congresso.

Vários parlamentares, liderados por Amaral Netto e Adilson Motta (PDS-RS), solicitaram ao procurador-geral da República que argua sua inconstitucionalidade junto ao Supremo. Esse decreto impediu a convocação extraordinária do Congresso para 19 próximo, quando recomeça o funcionamento pleno da Constituinte. O objetivo foi retardar ao máximo sua leitura.

A promulgação em 11 de agosto significará, na prática, seu arquivamento. A redistribuição de verbas estaria garantida porque nesse aspecto é automático, mas a nova sistemática tem de ser aprovada, de acordo com os técnicos especializados do Congresso.

DIFICULDADES

A intenção do presidente Ulysses Guimarães — promulgar em 11 de agosto — é possível, mas não provável. Amaral Netto, por exemplo, observa que no mínimo 130 constituintes disputarão as eleições municipais e, logicamente, se afastarão de Brasília. A estes devem ser acrescentados uns 100 que não são frequentes. Flocariam 329 com que se poderia contar para obter o quorum de 280 para votações, o que não é fácil.

Empresas definem como lobby atuará

A Confederação Nacional de Indústria reúne hoje em sua sede, em Brasília, presidentes de federações empresariais de todo o País, para apresentar-lhes as 24 emendas supressivas elaboradas pela entidade com vistas à Constituinte. Estará presente também o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da CNI. O encontro servirá para traçar a estratégia de atuação dos empresários junto aos parlamentares. Na última fase de votação o lobby empresarial consagrará uma prática antiga — o corpo a corpo. Nesse trabalho serão usados os deputados e senadores afinados com a categoria.

Os presidentes de federações estaduais também exercerão uma pressão ativa, principalmente sobre os constituintes eleitos com o apoio do setor. Técnicos em legislação trabalharam até a madrugada de ontem na CNI para dar os últimos retoques nas emendas. Das 24 relacionadas, 19 encontram correspondência nas propostas do Centrão. A maioria irá desagradar os setores mais progressistas do Congresso, pois suprime ou limita os direitos trabalhistas. José Campello, assessor da Confederação, disse ontem, que a intenção não é "criar um dissídio entre empresários e trabalhadores", mas tirar as amarras da iniciativa privada.

As propostas restritivas ao projeto constitucional partiram de diversas entidades empresariais — CNA, CNC, CNTT, Febraban, ABA, Fiesp (e federação de indústria de outros estados), IBRAM e Associação Brasileira de Hospitais.

Entre as sugestões constam o fim da limitação em seis horas para turnos ininterruptos de trabalho; aviso proporcional ao tempo de serviço; férias remuneradas.

O direito de greve, aprovado por acordo, e que tiveram como defensores senadores Jarbas Passarinho (PDS-BA) e José Lourenço (PFL-BA), também está na mira dos empresários.

Scalco condena as pressões

O deputado Euclides Scalco (PSDB-PR) afirmou ontem que "é descabida e não é sensata" a atitude dos empresários que pretendem um envolvimento maior do governo no segundo turno de votação da Constituinte.

Solicitar intervenção de um poder para que se mude alguma coisa no processo constituinte, me parece que é uma violência que se pratica sobre a Constituinte.

Scalco acrescentou que o lobby na Constituinte é aceitável, mas observou que a Constituinte é soberana e livre, e tem todos os poderes para deliberar. Destacou que na votação do mandato presidencial e do regime de governo a intervenção do poder "foi maléfica, mal recebida pela sociedade, porque foram usados todos os instrumentos a fim de que votos fossem mudados". O deputado disse ainda não acreditar que "o presidente José Sarney vá cometer essa violência com relação aos constituintes, usando poder a fim de pressionar os constituintes para mudar coisas de interesses do empresário".

OS NOVOS PRAZOS

- 06/07 (Quarta-feira) — Distribuição do Projeto B de Constituição aos Constituintes.
- 07/07 (Quinta-feira) — Primeira sessão para discussão do texto que será votado em 2º Turno, durante 5 dias.
- 07 a 11/07 (segunda-feira) — Prazo de 5 dias para apresentação de emendas ao 2º Turno até à meia-noite.
- 12/07 (Terça-feira) — 24 horas para a publicação das emendas.
- 13 a 17/07 (Domingo) — Prazo de 5 dias para que o relator dê parecer sobre as emendas apresentadas. Pode ser que conclua antes do prazo.
- 18/07 (Segunda-feira) — 24 horas para publicação do parecer do relator.
- 19 e 20/07 (Quarta-feira) — Apresentação de requerimentos de destaques.
- 21/07 (Quinta-feira) — Primeira sessão para início da votação do Projeto B em 2º Turno.

Governo tem como anular a anistia

Rio — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello disse ontem, acreditar que o presidente José Sarney tem condições para derrubar, no segundo turno de votações a anistia concedida pela Constituinte às dívidas de pequenos e médios empresários e produtores rurais.

Ele (Sarney) tem café para isto, porque dispõe de público que são os fiscais, e de recursos, como já demonstrou ao cumprir seu mandato de cinco anos.

Collor veio ao Rio participar do ciclo de palestras que o Clube de Engenharia vem promovendo para que os governadores exponham as realizações feitas em seus Estados durante o primeiro ano de mandato. Atento às negociações na Constituinte, defendeu a anistia apenas para os micro e minipresários, "que venderam suas casas e demitiram-se dos empregos na esperança de poder iniciar um negócio próprio".

O que disse o Presidente

Vendo aqui tantos reportes, tantas televisões e tantos constituintes, sinto cócegas na língua e me permito dizer mais algumas palavrinhas.

Como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, eu entendo que a elaboração constitucional, esta Constituinte teve a coragem de inovar, da originalidade e das premissas. Não ficamos exclusivamente nos sete textos anteriores aquele que estamos elaborando. Eu diria que a Constituinte e a futura Constituição será uma fronteira móvel, que irá avançar por áreas até então não ocupadas pela vida pública, pelo Estado deste país, que é a área dos humildes, dos preteridos, dos miseráveis.

Quero aqui ressaltar algumas destas premissas, destas originalidades.

Citaria em primeiro lugar que instituímos verdadeiramente uma democracia direta na vida democrática. E muitos pontos essenciais da vida representativa desta nação, é a democracia representativa e participativa. Isto já na página de rosto, do estatuto futuro deste país. Mas não foi meramente uma declaração de intenções, retórica, nós decidimos um episódio, por exemplo, com o habeas corpus. Sempre se instituiu o direito de ir e vir, a garantia pessoal de não ser preso arbitrariamente. Mas ficasse no texto somente, não lograria atingir os seus resultados. E de forma instantânea, fulminante, contra a arbitrariedade, se criou a figura do habeas data.

No caso brasileiro desta Constituição, quando se diz que a democracia é partici-

pativa, se estabeleceu ao mesmo tempo o plebiscito e o referendo. Nesse país vai se ter agora ao lado do Supremo Tribunal Federal, porque é Supremo Tribunal Federal, porque se a Câmara ou Senado aprovam o projeto, se o projeto é sancionado pelo presidente da República, o governador do Estado o transforma em lei, o Supremo, acima destes poderes, pode estabelecer a sua inoquidade, anulá-lo, se o dispositivo atinge o texto máximo que a Constituição da Nação.

Agora o povo conseguiu recapturar a sua soberania, porque um texto aprovado pelo Legislativo, a sociedade através da solicitação de um certo número de postulantes, poderá, pelo referendo do plebiscito, declarar a nulidade deste texto. E não é somente por razões constitucionais, por razões sociais, que atingem principalmente as camadas mais humildes de nossa população. Será o Supremismo, através do plebiscito.

Desejo dizer também que uma premissa importante foi a reabilitação da geografia brasileira. A geografia estava humilhada, a geografia estava ultrajada, a geografia estava esquecida e a Federação era meramente nominal. Hoje 21% da renda, e já no ano que vem 17% das rendas, dos tributos, das riquezas e impostos coletados pela União passarão para o Estado e para o município. Vai se realizar assim o dogma de que onde está o homem tem que estar o governo.

O homem não pode estar correndo atrás do governo. E o homem onde é que está? O homem está, mas principalmente no Município. E não há governo

municipal sem receita, sem dinheiro, sem recursos. E agora haverá recursos razoáveis, ponderáveis, para atender as necessidades de vida no âmbito estadual e municipal. Este é sem dúvida um acontecimento que servirá para fazer a reversão da pirâmide que instabilizava socialmente este país.

O que é Brasil? O Brasil é uma pirâmide que baseia-se em Brasília, em Brasília no Palácio do Planalto, e no Palácio do Planalto num homem só e este homem se chama presidente da República. Por isso ela é uma pirâmide instável. Os quatro mil e tantos municípios estão na base, no ar, de cabeça para baixo, trazendo como consequência este quadro de grande instabilidade social. Esta reabilitação da geografia, através da descentralização tributária, será sem dúvida nenhuma uma conquista histórica.

Finalmente, gostaria de citar o que aconteceu no capítulo da previdência e da seguridade. Vocês sabem que no Brasil há milhões de brasileiros que são habitantes mas não são cidadãos? O cidadão participa do desenvolvimento, participa do Estado, entra no Estado para ter as suas vantagens, só é cidadão quando consegue, principalmente com o apoio do Estado, vencer a miséria, o analfabetismo e outros males. Sem dúvida nenhuma a previdência e seguridade social estabeleceram a universalidade do benefício. O cidadão que paga e o que não paga terá médico, terá saúde.

Não se estabeleceu ainda uma igualdade completa, mas se aproximou muito

através dos benefícios e direitos de que serão titulares.

Meus amigos, eu sinto um grande orgulho desta Constituição futura. Sei que ela tem até agora defeitos, vamos procurar corrigi-los. Sem dúvida nenhuma o saldo de benefícios econômicos e sociais é muito grande. Eu espero que o futuro nos faça justiça, fará justiça mais do que ao presidente, mais do que ao relator Bernardo Cabral, fará justiça aos constituintes, muitos deles anônimos, que colaboraram de uma forma esclarecida para a tecitura, armação e arquitetura de uma obra deste porte, fazendo com que depois da promulgação desta Constituição teremos um novo Brasil.

Vamos ter uma Constituição que não será estante para consultas de burocratas. Teremos uma Constituição com o cheiro do povo, andará, que irá para a periferia, para o caminho dos miseráveis, procurando melhorar as suas condições.

Com a ajuda de todos vamos polir, vamos passar a lixa, vamos melhorar naquilo que mereça ser melhorado. Mas termino dizendo o seguinte: Nós, os constituintes vencemos o primeiro round, o establishment, a inércia, o conservadorismo, o receio de avançar, foram jogados à lona, do primeiro ao último. Precisamos agora ganhar a batalha no segundo turno. E quem irá ganhar esta batalha, não seremos nós os constituintes ou aqueles que ocupam cargos de direção. Quem vai ganhar a batalha, estou certo, será o cidadão brasileiro.